

...continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

f. Resultado por produto

	Resultado líquido 2014	Resultado líquido 2013
Outros derivativos	2.171	4.133

6. Carteira de câmbio: "Outros créditos - carteira de câmbio" estão representados, principalmente, por câmbio comprado a liquidar no valor de R\$ 9.826 (2013 – R\$ 44.966) e direitos sobre vendas de câmbio no valor de R\$ 9.948 (2013 – R\$ 44.995). "Outras obrigações - carteira de câmbio" estão representadas por câmbio vendido a liquidar no valor de R\$ 9.826 (2013 – R\$ 44.995) e obrigações por compra de câmbio no valor de R\$ 9.948 (2013 – R\$ 44.966). **7. Outros créditos e outras obrigações:** "Outros créditos – diversos" estão representados, principalmente, por créditos tributários de imposto de renda e contribuição social no valor de R\$ 5.908 (2013 – R\$ 5.382), impostos e contribuições a compensar e recuperar no valor de R\$ 7.696 (2013 – R\$ 7.418), e devedores por depósitos em garantia de R\$ 56.650 (2013 – R\$ 46.728) (Nota 9 (a)). "Outras obrigações - fiscais e previdenciárias" correspondem, principalmente, a impostos e contribuições sobre o lucro no valor de R\$ 11.351 (2013 – R\$ 4.845) e provisões relacionadas com questionamentos judiciais no valor de R\$ 21.062 (2013 – R\$ 39.526) (Nota 9 (a)).

8. Depósitos

	Até 3 meses	6 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Total 2014	Total 2013
Depósitos a prazo	2.141	9.038	72.727	37.247	121.153	735.121

9. Passivos contingentes e obrigações legais: As provisões para contingências constituídas e obrigações legais, as variações no exercício e os correspondentes depósitos judiciais estão assim apresentados:

a) Composição dos saldos patrimoniais

	Depósitos judiciais		Provisões	
	2014	2013	2014	2013
Fiscais e previdenciárias – obrigações legais	56.650	46.728	21.062	39.526
Total	56.650	46.728	21.062	39.526

b) Movimentação dos saldos patrimoniais

	Fiscais e previdenciárias		Obrigações legais -		Total	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013
Saldo inicial	39.526	37.197				
Despesas financeiras - juros	1.053	1.220				
Constituições	3.855	1.153				
Anistia (Nota 9 (b))	(23.372)	-				
Reversões	-	(35)				
Pagamentos	-	(9)				
Saldo final	21.062	39.526				

c) Fiscais e previdenciárias – obrigações legais: A instituição é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária. As principais demandas envolvem os seguintes assuntos: (i) dedutibilidade da despesa da CSLL da base de cálculo do IR e (ii) cobrança de alíquota diferenciada de CSLL em relação às empresas não financeiras e (iii) alargamento da base de cálculo do PIS e da COFINS nos termos do § 1º do artigo 3º da Lei nº 9.718/98. Por representarem obrigações legais, o montante envolvido está integralmente provisionado. Em decorrência da publicação da Lei nº 12.865/2013, que reabriu o Programa de Anistia da Lei nº 11.941/2009, a instituição revisou seus processos, tanto no âmbito administrativo quanto judiciário. Foram selecionados para adesão à reabertura da Anistia aproximadamente 21% dos processos judiciais e administrativos, cujo montante provisionado corresponde a R\$ 41.075, sendo que os mais relevantes referem-se aos casos de PIS Emendas Constitucionais e CSLL Isonomia. Como se trata de um processo de Anistia, com redução de juros

previamente constituídos, a instituição espera um impacto positivo. No mês de outubro de 2014, por decisão da instituição e nos termos da legislação, os débitos relacionados aos processos incluídos na reabertura do Programa de Anistia da Lei nº 11.941 foram liquidados, com a amortização das parcelas pendentes, o que gerou um impacto positivo de R\$ 4.497 no resultado na instituição, integralmente reconhecido em outubro de 2014. **d) Fiscais e previdenciárias – outros passivos contingentes:** A instituição recebeu auto de infração objetivando a cobrança de contribuições previdenciárias, ora discutido perante o Poder Judiciário através de ação anulatória de débito fiscal, cujo risco de perda é classificado como possível pelos assessores legais no valor de R\$ 22.037 (2013 – R\$ 25.794). A instituição também é parte em processos administrativos de natureza tributária, caracterizados como passivos contingentes, que envolvem (i) a imposição de IRPJ e CSLL, no valor de R\$ 640 (2013 – R\$ 991) sobre ganhos decorrentes da desmutualização da CETIP; (ii) multas e honorários da procuradoria relacionados ao alargamento da base de cálculo do PIS e da COFINS, no valor total de R\$ 184.716. No mês de outubro de 2014, por decisão da instituição, foi constituída provisão para referidos débitos. Com relação ao item (i) acima, no mês de julho de 2014, em razão da publicação da Lei nº 12.973, que reabriu o Programa de Anistia específico para débitos de PIS e COFINS de instituições financeiras, previsto no artigo 39 da Lei nº 12.685, a instituição revisou seus processos e incluiu os casos de PIS e COFINS decorrentes da desmutualização dos quais era parte no referido Programa de Anistia, tendo quitado tais débitos na modalidade de pagamento à vista. **10. Imposto de renda, contribuição social e créditos tributários:** A natureza e a origem do imposto de renda e da contribuição social diferidos e dos créditos tributários são demonstrados como segue:

	2014	2013
Diferenças temporárias		
Contingências fiscais	5.441	4.977
Provisão de honorários advocatícios	454	390
Outras	13	15
Total de créditos tributários - ativo	5.908	5.382
IR diferido – MTM – passivo	69	238

No exercício foi constituído crédito tributário de R\$ 4.771 (2013 – R\$ 467), tendo sido realizado R\$ 4.245 (2013 – R\$ 130) sobre diferenças temporárias. A previsão de realização dos créditos tributários no montante de R\$ 5.908 é estimada em 1% no 1º Ano, 2% nos 2º e 3º anos, 5% nos 4º e 5º anos, 10% nos 6º e 7º anos, 20% nos 8º e 9º anos e, 25% no 10º ano. O valor presente dos créditos tributários, calculado considerando a estimativa de taxa de juros futuros apurada com base em informações de mercado, monta a R\$ 2.480 (2013 – R\$ 2.886). O valor de créditos tributários sobre prejuízo fiscal não ativados em função da realização esperada desses créditos não estar prevista no prazo de dez anos, conforme Resolução nº 3.355, é de R\$ 1.419 (2013 – R\$ 1.419). O cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social é demonstrado como segue:

	2014	2013
Resultado antes do IR e CSLL	78.161	14.916
Encargo total do IR e CSLL às alíquotas vigentes	(31.264)	(5.966)
Despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis	(3)	(1.050)
Outros	(1.136)	29
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos	(1.139)	(1.021)
Total da despesa de IR e CSLL no exercício	(32.403)	(6.987)

11. Patrimônio líquido: O capital social representa os investimentos da matriz, acrescidos dos lucros capitalizados e das reservas incorporadas ao capital. O capital estrangeiro registrado no BACEN é de US\$ 60.211.065,96 e Euro 3.135,49. Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 30 de abril de 2014 foi aprovado o aumento do capital no montante de R\$ 20.000, mediante a incorporação de parcela

correspondente à conta de Reserva de Lucros – Estatutária no valor de R\$ 20.000, sem a emissão de novas ações. A "Reserva de Lucros – Estatutária" poderá ser futuramente utilizada para aumento de capital com a finalidade de assegurar adequadas condições operacionais à instituição, bem como para garantir futura distribuição de dividendos. A "Reserva de Lucros – Legal" é constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até o limite de 20% do capital social. A reserva poderá deixar de ser constituída quando acrescida do montante das reservas de capital atingir 30% do capital social. A distribuição de dividendos referente ao exercício de 2014 será deliberada em Assembleia Geral dos Acionistas prevista para abril de 2015, com base nas demonstrações aprovadas.

12. Transações com partes relacionadas: (Grupo J.P.Morgan): As transações realizadas com partes relacionadas representadas abaixo foram efetuadas com empresas coligadas do Grupo.

	2014		2013	
	Ativos/ (Passivos)	Receitas/ (Despesas)	Ativos/ (Passivos)	Receitas/ (Despesas)
Disponibilidades em moeda estrangeira	98	-	86	-
JPMorgan Chase Bank, National Association ...	98	-	86	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros	410.305	59.548	821.815	91.861
Banco J.P. Morgan S.A. ..	410.305	59.548	821.815	91.861
Aplicações em operações compro-missadas	1.909	6.059	143.735	17.596
Banco J.P. Morgan S.A. ..	1.909	6.059	143.735	17.596
Instrumentos financeiros derivativos	(35.612)	4.195	(8.026)	(11.344)
Banco J.P. Morgan S.A. ..	(33.875)	7.674	(8.026)	(12.417)
Lawton Multimercado	(1.737)	(6.850)	(2.995)	156
JP Morgan Overseas CAP CORP.	-	3.371	-	917
Outros valores a receber/ (a pagar)	-	-	2.607	2.607
J.P. Morgan S.A. DTVM ..	-	-	1	1
J.P. Morgan CCVM S.A. ..	-	-	96	96
Banco J.P. Morgan S.A. ..	-	-	2.442	2.442
JPM Administradora de Carteiras do Brasil	-	-	68	68

As transações com partes relacionadas foram contratadas a taxas compatíveis com as praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações, levando em consideração a ausência de risco. **13. Outras informações:** (a) "Outras despesas administrativas" referem-se, substancialmente, a despesas de amortização e depreciação no valor de R\$ 265 (2013 – R\$ 3.558), despesas de serviços com o sistema financeiro R\$ 206 (2013 – R\$ 252), despesas de serviços técnicos especializados no valor de R\$ 519 (2013 – R\$ 450) e despesas de manutenção e conservação no valor de R\$ 219 (2013 – R\$ 243). (b) "Outras receitas operacionais" referem-se, principalmente, à reversão de provisão de obrigações legais no valor de R\$ 8.548 e em 2013 ressarcimento de despesas administrativas no valor de R\$ 1.910. (c) "Resultado não operacional", em 2014, refere-se principalmente a lucro na venda de imóvel no valor de R\$ 42.515 e em 2013 refere-se principalmente a prejuízo na baixa de imobilizado no valor de R\$ 2.599. (d) Conforme estabelecido na Resolução nº 3.263 a instituição possui acordos para compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional. Os valores a receber e a pagar são demonstrados no balanço patrimonial nas respectivas rubricas relacionadas aos produtos, no ativo e no passivo, respectivamente, sem compensação dos valores.

A Diretoria

Lucila Litwin - CRC 1SP228413/O-3

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas

JPMorgan Chase Bank, National Association

Examinamos as demonstrações contábeis da JPMorgan Chase Bank, National Association ("instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício e semestre findos nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e as demais notas explicativas. **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis:** A administração da instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro. **Responsabilidade dos auditores independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas

demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou por erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da instituição. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis

feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião:** Em nossa opinião, as demonstrações contábeis anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do JPMorgan Chase Bank, National Association em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício e semestre findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.



São Paulo, 18 de março de 2015.

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Edison Arisa Pereira
Contador CRC 1SP127241/O-0